ENTREVISTA COM RUBENS ANTÔNIO BARBOSA[1]

JURISTA, DIPLOMATA DE CARREIRA, REPRESENTANTE DO BRASIL NA ALADI (1987-1990), COORDENADOR NACIONAL DO MERCOSUL (1991-1994), EMBAIXADOR DO BRASIL NA INGLATERRA (1994-1999) E NOS ESTADOS UNIDOS (1999-2004).

ENTREVISTA REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2024, POR VIDEOCONFERÊNCIA. TEMPO DE GRAVAÇÃO: 48 MIN.

José Ferreira – ***Bom dia, embaixador. Mais uma vez, muito obrigado por me conceder essa entrevista.***

Antes de abordarmos as perguntas mais específicas, gostaria que o senhor fizesse um panorama geral sobre a realidade da fase de consolidação do Mercosul, com foco no segundo mandato de FHC [Fernando Henrique Cardoso]. O Mercosul passou por um processo de transição: um entusiasmo inicial, e depois uma transição de um Mercosul que partia de uma negociação comercial, para o que chamaram no governo Lula de Mercosul multifuncional. E aí eu queria que o senhor comentasse sobre essa crise do modelo de regionalismo do bloco dos anos 90, sua percepção do que aconteceu.

Rubens Barbosa – Bom dia. Olha, antes de falar do momento do Fernando Henrique, era importante falar sobre o começo do Mercosul, né? Porque todo o trabalho que a gente teve, de 91 até 94, quando eu fui o coordenador nacional, foi justamente de despertar o interesse do setor privado. Quer dizer, havia um desconhecimento total. Nunca houve um acordo desse tipo com

[1] Diplomata de carreira no Ministério das Relações Exteriores (1960 - 2004). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Mestre em Ciência Política pela *London School of Economics* (LSE). Representante do Brasil em Montevidéu na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI; 1987). Como Subsecretário no Itamaraty, foi coordenador da seção nacional do Mercosul (1991-1994), tendo sido um dos precursores do Cronograma de Las Leñas. Embaixador do Brasil em Washington, nos Estados Unidos (1999-2004), e embaixador do Brasil na Inglaterra (1994-1999). Subsecretário de Economia, Integração e Comércio Exterior do Itamaraty e Secretário de Relações Internacionais do Ministério da Fazenda. Consultor de diversos conselhos, tendo inclusive sido presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

o Brasil. Os empresários não acreditavam, né? Eu tive uma reunião na Fiesp [Federação das Indústrias do Estado de São Paulo], em 91, com grandes empresários, Antônio Ermírio, Olavo Setúbal, nesse nível, em que eles diziam que aquilo não iria para frente, que aquilo era poesia, que era coisa de diplomata, entendeu? Então, havia um desconhecimento e um ceticismo muito grande.

O que contribuiu para que o Mercosul ficasse conhecido nesse período inicial de quatro anos, em que eu fui o coordenador, foi a divulgação pela imprensa. Naquela época, era a Gazeta Mercantil que começou a publicar quase diariamente notícias sobre o Mercosul, que nós alimentávamos, entende? Com isso, começaram a ser conhecidas as possibilidades comerciais do Mercosul, como funcionava, quais eram as limitações. Esse período foi muito importante, pois lançou as bases para o Mercosul Comercial, que começou justamente com o tratado assinado com o Sarney, depois com o Collor, e eu entrei nesse período, do Collor e depois do Fernando Henrique.

O Fernando Henrique apoiou muito, mas o grande problema nesse período a que você se referiu, do Fernando Henrique, é que os quatro países do Mercosul são economias com problemas, até hoje. Havia uma diferença de "*timing*" nas reformas e nos resultados, então, quando o Brasil ia bem, a Argentina ia mal, o Paraguai tinha problemas, o Uruguai estava em recessão e tal. Depois que veio o Cavallo, a Argentina melhorou, aí veio a crise da dívida no Brasil. Então, o Mercosul sempre esteve um pouco refém das crises internas em cada país. Você vê que o que está acontecendo hoje é a mesma coisa: você tem o Brasil melhor e a Argentina na situação em que está, entendeu? Então, além dos problemas internos, de abertura, dos empresários, que é outro problema, você teve, ao longo desses 30 anos do Mercosul, uma dessincronização, digamos, uma não coincidência entre os períodos de crescimento e de crises nessas economias, que são economias muito complicadas. Há o problema de crescimento, o problema de endividamento externo, o problema de endividamento interno. E você tem um outro problema que persistiu ao longo de todo esse período, que é, no caso do Brasil e no caso da Argentina, a resistência do setor privado, que, por filosofia, é contrária à abertura do mercado, à liberalização. Então, até hoje, eu digo que o Mercosul é uma união aduaneira imperfeita, porque há muitas exceções para a tarifa externa comum, que é esse problema que eu mencionei.

JF – Como primeiro coordenador nacional do Mercosul, já em 91, o senhor também esteve presente nos bastidores da negociação do Tratado de Assunção?

RB – Não. O Tratado de Assunção foi negociado com Celso Amorim, que era chefe do Departamento Econômico do Itamaraty. Eu entrei depois da assinatura do acordo, que é de março de 1991; entrei justamente depois que foi assinado o acordo. Na época, eu era embaixador em Montevidéu, na ALADI, na Associação Latino-Americana de Integração, e registrei o tratado do Mercosul na ALADI, porque todos os tratados têm que ser registrados na ALADI. Tive então a ocasião de, durante uma semana, assinar cinco mil páginas do tratado, então já estava envolvido com o tratado antes de voltar ao Brasil. Propus a criação do Departamento de Integração, no Itamaraty, para justamente poder acompanhar. Naquela época, havia uma outra vantagem em relação à situação atual: quer dizer, naquela época, o Itamaraty tinha a coordenação efetiva das negociações; e eu fui o coordenador nacional, depois outros foram também. No caso do Mercosul, até recentemente, depois do Bolsonaro, o Itamaraty perdeu até isso, porque o Itamaraty era o coordenador nacional de todos os ministérios que entravam, como o Ministério da Indústria, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Agricultura, enfim, todos os outros ministérios eram coordenados pelo Itamaraty.

JF - ***Dentro desse panorama, o senhor concorda que o Tratado de Assunção foi um acordo preliminar para a criação do bloco, do mercado comum? Porque no próprio preâmbulo, diz que é um tratado para a construção do mercado comum, e não o tratado do mercado comum.***

RB – Isso foi uma ambição muito grande, no Tratado de Assunção, esse objetivo do mercado comum em quatro anos, mas isso não tinha a menor condição. Quando eu entrei lá, nós começamos a explicar e tal, que não era possível fazer um tratado, criar um mercado comum em quatro anos; a Europa levou 50 anos, nós não iríamos fazer em quatro anos. Então, não, eu acho que o Tratado de Assunção é o tratado que regula a associação comercial entre os quatro países, que teria desdobramentos. Quer dizer, você saía de uma área de livre comércio, passava por uma fase de união aduaneira, onde estamos até hoje, e depois passaria por uma fase de mercado comum, entendeu? Mas, não, eu acho que não é um prólogo para o mercado comum, não. É claro que depois, quando houver um mercado comum, talvez seja necessário fazer alguns ajustes, mas o tratado é o que está valendo para essa fase de transição para o mercado comum, que hoje vemos que é muito difícil pelas disposições todas que estamos acompanhando. Inclusive por essa diferença de reformas econômicas em cada um dos países.

JF – Então, durante o governo FHC, quais foram as principais prioridades da agenda de integração regional do Brasil e como essas prioridades foram moldadas pela situação econômica, as relações com a Argentina e a visão do papel do Brasil no mundo?

RB – Olha, eu acho que a principal prioridade da integração regional no governo Fernando Henrique foi o Mercosul e a integração física. Tinha uma organização, a IIRSA [Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana], que foi criada pelo Fernando Henrique, mas que depois foi desativada e tal. Então, a principal prioridade do governo Fernando Henrique na América do Sul era a integração regional e a integração física. A relação com a Argentina foi muito boa; nós estivemos muitas vezes lá, e o Fernando Henrique se dava muito bem com todos. Então, foi uma época importante para a integração regional. Naquela época, o Brasil enfrentava um problema sério, que era a dívida externa. Foi nesse período que o problema do endividamento começou, que culminou no final até com um empréstimo do Fundo Monetário e tal, o que tornava as coisas difíceis. Mas o Fernando Henrique, devido à sua projeção externa, também projetou o Brasil. O lugar do Brasil no mundo naquela época era de grande destaque. Se lembra da Terceira Via, do Clinton, do Blair, e o Fernando Henrique estava lá, entendeu? Então, o Brasil teve uma projeção muito grande em função do conhecimento, da respeitabilidade, da credibilidade e da confiabilidade do Fernando Henrique como sociólogo.

A integração física é justamente a interconexão rodoviária, ferroviária e hidroviária do Brasil com esses países, que ficou atrasada, né? O Fernando Henrique deu ênfase a isso, criou a IIRSA, mas depois, com o Lula e os outros governos, isso ficou em segundo plano, o que foi muito ruim para o Brasil. O Brasil não teve um pensamento estratégico; o Fernando Henrique tinha esse pensamento de integração porque, naquela época, era muito mais difícil. Você não ia para alguns países aqui da região sem passar por Miami, de Miami para esse outro país, sobretudo na Colômbia e Venezuela. Naquele momento, era necessário fazer isso, mas não se fez, e até hoje o Brasil não tem, por exemplo – e eu repito muito isso – não tem esse pensamento estratégico de abrir portos no Pacífico. Hoje, mais de 50% das exportações brasileiras vão para a Ásia, e o Brasil, para exportar para a Ásia, tem que exportar pelo sul da África, pelo canal do Panamá, e não tem um porto no Pacífico. Quer dizer, isso aí é uma falha, é uma vulnerabilidade decorrente dessa falta de visão estratégica que os governantes, desde o Fernando Henrique até hoje, demonstraram.

JF – E qual foi o impacto das negociações da ALCA [Área de Livre-Comércio das Américas] no Mercosul?

RB – No começo, houve uma preocupação de que a ALCA absorveria e isso não chegou a afetar o Mercosul, porque eu participei também dessas negociações como embaixador em Washington, e os Estados Unidos logo depois se desinteressaram da ALCA. Aqui no Brasil, o Lula e o Celso Amorim também eram contra, então a ALCA acabou. Quer dizer, no começo havia, teoricamente, uma preocupação, porque, se você tivesse uma Área de Livre Comércio das Américas, como é que ficaria o Mercosul, que era uma união aduaneira, com uma tarifa externa comum? Como é que ficaria isso? Mas isso não saiu da consideração teórica, porque, na prática, a negociação da ALCA durou pouco, então não teve nenhuma influência negativa.

JF – ***A visão do governo FHC era de não fechar as portas para a ALCA, mas também de que o Mercosul não fosse absorvido e se mantivesse como elemento central da integração regional?***

RB – É, o Fernando Henrique fez um grande discurso, acho que em Seattle, em que colocou as condições para o Brasil aceitar a ALCA. Esse é um discurso importante; você tem que ver, porque é aí que se determinam as condições. Não sei se havia explicitamente essa questão do Mercosul, não me lembro, mas tem um parágrafo desse discurso que trata das condicionalidades que o Brasil colocava para aceitar a ALCA. Inclusive, mencionava a questão da abertura dos mercados e a posição dos Estados Unidos nisso tudo, porque havia a discussão que eles queriam levar para Genebra sobre subsídios, sobre *antidumping*. Tudo isso era uma preocupação nossa na época em relação à ALCA.

JF – ***Foi em Seattle mesmo. Esse discurso é citado nas memórias do embaixador Lampreia. Então, partindo para a próxima pergunta: como as questões da política nacional, tais como a agenda de estabilização econômica, os lobbies empresariais e sindicais, influenciaram a estratégia externa do Brasil em relação à Argentina e ao Mercosul?***

RB – Aí foi diferente nos vários governos. Quando chegou o governo Lula, o Mercosul, na minha visão, perdeu muito da ênfase comercial e passou a ser um grupo que discutia questões sociais, questões políticas e perdeu o foco comercial. Com o Fernando Henrique, não; com o Fernando Henrique, a ênfase era comercial, econômica, em investimentos e tal. Com o governo Lula, eles agora não ressuscitaram isso, mas nos primeiros e segundo governos foi muito forte a influência deles para mudar a ênfase, porque havia toda uma preocupação justamente com a

abertura do mercado. O PT [Partido dos Trabalhadores] sempre foi restritivo a isso, então havia essa preocupação com a abertura e com a proteção do mercado interno. Aí coincidia com o *lobby* também dos empresários, e começaram a surgir essas exceções na Tarifa Externa Comum. Enfim, foi se desvirtuando, e a união aduaneira começou a ter furos na Tarifa Externa Comum. Era um pouco isso.

JF – ***Houve pressão também da União Industrial Argentina nos anos 90 quanto ao protecionismo, certo?***

RB – Os empresários argentinos sempre foram muito restritivos por causa da situação econômica. Como eu falei, a situação econômica determinava a ação junto ao Mercosul, mas a União Industrial Argentina nunca teve um peso muito grande na formulação das políticas do governo, ao contrário da Fiesp aqui. A Fiesp tinha muito mais peso do que a União Industrial, mas a União Industrial não deixava também de ter uma voz restritiva para a ampliação da abertura comercial.

JF – ***Dentro da questão da Fiesp, o senhor foi conselheiro até 2019 ...***

RB – Sim, eu fui e agora saí!

JF – ***Qual foi a interação do Itamaraty com a equipe econômica de FHC, que incluía o Ministério da Fazenda e o MDIC [Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio], e também a interação do Itamaraty com a Confederação Nacional da Indústria e com a Fiesp, diante dessa crise do Mercosul na segunda metade dos anos 90?***

RB – Olha, a CNI nunca teve um papel importante, quem teve um papel importante foi a Fiesp. A gente fazia muitas reuniões lá com o Itamaraty, com a Argentina, com o Paraguai e com o Uruguai para discutir o Mercosul. Havia uma interação muito grande entre o Itamaraty e a Federação das Indústrias, tanto no governo Fernando Henrique quanto no governo Lula. Gradualmente, os empresários reduziram essa oposição à abertura, porque perceberam o potencial do mercado argentino, como aconteceu. A Argentina passou a absorver toda a linha branca, automóveis; a indústria se beneficiou muito do Mercosul por causa da abertura comercial e das preferências que o Brasil tinha na Argentina em relação aos outros países.

Agora, isso mudou, por causa da China e da crise argentina; agora, com o Milei, mudou, mas naquela época era muito importante.

E a voz da Fiesp era muito ouvida, entendeu? A gente fazia muitas reuniões. Eu, como tinha estado no Itamaraty, tinha muito acesso lá; a gente fazia muitas reuniões. A gente tinha um trânsito muito aberto com os formuladores da política do Mercosul. Mas sempre houve restrições na Fazenda e no Banco Central, o Gustavo e tal; havia alguns problemas. A gente acabou com o CCR, o Convênio de Créditos Recíprocos, o que eu acho que foi muito negativo para o Brasil, mas havia uma interação muito grande. A gente conversava muito e os principais tópicos eram discutidos entre o setor privado e o governo.

JF – ***As principais divergências, então, entre a área econômica de Cardoso e o Itamaraty eram com o Banco Central?***

RB – Não, era uma questão de filosofia; quer dizer, o Ministério da Fazenda era mais global, entendeu? Não estava muito preocupado aqui, e você tinha as crises lá na Argentina, econômicas também, e eles não aderiam muito a essa ideia da integração. Eles achavam que o Brasil devia se integrar com o mundo e tal, que a Argentina era um problema, que o Paraguai era um problema, que o Uruguai era um problema, que não valia a pena. Mas eles não atrapalharam, pelo menos, que eu saiba, eles não atrapalharam politicamente, mas eles não aderiram. Como eu disse na fase do Gustavo como presidente do Banco Central, a questão do dólar também foi muito negativa; a desvalorização, a valorização do dólar, que permitiu, enfim, mais importação, os empresários ficaram contra, e depois acabou o Convênio de Crédito Recíproco, que foi muito importante porque era um motor para o comércio aqui na região.

JF – ***E, além disso, qual foi a estratégia adotada contra as perfurações na TEC pela Argentina? No governo Lula, adotou-se o que chamariam de uma "paciência estratégica" em relação às perfurações da TEC, e no governo FHC?***

RB – Foi lá que começou, enfim. A gente conversava, e havia restrições às importações também, cotas e tal, porque, como eu disse, o problema maior, eu acho, examinando os últimos 30 anos, foi esse descompasso entre as reformas econômicas de cada país. Então, quando o Brasil estava em expansão, a Argentina estava se retraindo e se fechando. Quando a Argentina crescia, o Brasil estava com problema. Então, você tinha esse descompasso que, no fundo, foi o grande responsável, junto com o *lobby* empresarial na Argentina e no Brasil durante o período

de crises, por essa perfuração da TEC. Então, eu acho que foram as duas causas: o descompasso das reformas e dos resultados, sobretudo dos resultados, e a pressão empresarial nessas crises, entendeu? E os empresários na Argentina queriam fechamento, botaram as exceções à TEC, colocaram cotas, enfim, fizeram um montão de coisas lá. E aí foi cunhada essa frase: "tem que ter paciência estratégica porque isso vai melhorar e tal", e não melhorou, não adiantou nada a paciência.

JF – ***Havia consenso entre os chanceleres, Lampreia e Celso Lafer, e FHC quanto ao posicionamento do Brasil em relação ao Mercosul e à Argentina?***

RB – Sim, eu acho que havia, claro, um consenso, sim. E o Celso também tinha experiência, e o Lampreia também, mas, no caso do Lampreia, ele tinha algumas reservas em relação à política e à Argentina. No entanto, isso não prejudicou. Quer dizer, essas questões políticas não influíram tanto na negociação comercial quanto essas restrições que mencionei por causa do descompasso e da pressão empresarial.

JF – ***Acredita que houve alguma ruptura, alguma mudança na política do Brasil em relação ao Mercosul e à integração regional com a mudança de Lampreia para Celso Lafer?***

RB – Não me lembro assim, não sei em detalhes. Se você tiver algum exemplo, eu posso comentar. Houve uma continuidade. Do lado do Brasil, sempre houve uma continuidade em relação ao Mercosul, que foi quebrada com o governo Lula por causa dessa ênfase social e política. Depois, mesmo com o Bolsonaro e o presidente argentino, as negociações comerciais continuaram. Não houve problema!

JF – ***Digo, daria para afirmar que o Lampreia tinha uma ênfase muito mais econômica-comercial em relação ao Mercosul, enquanto o Lafer também tinha ênfase comercial, mas ele também considerava o Mercosul sob um aspecto de cooperação política mais abrangente?***

RB – É, eu concordo, sim, porque, como eu disse, o Lampreia tinha algumas restrições com a Argentina, então ele concentrou-se mais na parte econômica e comercial.

JF – ***Em que medida a diplomacia presidencial de FHC com os governos Menem e De la Rúa foi relevante para o funcionamento do bloco frente ao protecionismo argentino?***

RB – Eu acho que foi importante, porque, quando havia problemas maiores, ele entrava diretamente em contato com os presidentes. Eu acho que foi importante, sim, essa atuação do Fernando Henrique nesse momento.

JF – ***E as atuações da diplomacia presidencial estavam alinhadas com a diplomacia profissional do Itamaraty?***

RB – Bem, no caso do Fernando Henrique, assim como foi no caso do Lula, havia, do ponto de vista político, uma compreensão dos problemas argentinos. O Itamaraty sempre foi a favor do aprofundamento da relação econômico-comercial. Então, houve, em alguns momentos, uma ênfase do Fernando Henrique que não foi tão forte a ponto de permitir a mudança de posição da Argentina.

JF – ***No final da década de 90, havia consenso entre todos os membros do Mercosul sobre a importância de manter a eficácia do Tratado de Assunção, evitando qualquer violação dos termos acordados ou até uma dissolução do bloco?***

RB – Não, não houve isso. Sempre houve grandes diferenças, quer dizer, novamente, por causa das crises, havia justificativa de que não dava para abrir mais, que não dava para avançar em alguns temas. Por exemplo, no caso da Argentina, até hoje, o açúcar não está dentro do Mercosul; é um exemplo concreto. As crises internas impediam o avanço, e havia diferenças. O Paraguai e o Uruguai sempre foram mais favoráveis à abertura, porque eles não tinham os interesses industriais do Brasil e da Argentina. Houve, durante todo o período, essa diferença de ênfase, apesar de que Paraguai e Uruguai pediram para entrar. Você sabe que, no começo, eram Brasil e Argentina, e, por pressão — quando eu entrei lá, ainda presenciei isso —, a pressão dos presidentes Sanguinetti e do presidente do Paraguai, para que Brasil e Argentina aceitassem Uruguai e Paraguai. Eles insistiram muito na formação desse mercado a quatro, mas sempre houve diferenças de ênfase devido às diferenças de desenvolvimento econômico em cada um dos países.

JF – ***O Chile estava no início dessas negociações também, e depois saiu, certo?***

RB – O Chile nunca quis, porque o Chile estava em outra. Já estava com abertura, já estava em outra com Pinochet. Eles nunca se engajaram na negociação, não tinham interesse.

JF – ***O senhor avalia que o Mercosul desempenhava funções distintas para cada membro em suas estratégias de interação internacional?***

RB – Olha, para o Paraguai e o Uruguai, o Mercosul sempre foi importantíssimo, porque eles não entrariam nas reuniões que o Mercosul organizava. Por serem países pequenos, eles não tinham presença internacional. Então, havia realmente uma diferença. Agora, para o Brasil e para a Argentina, o Mercosul foi importante. Estamos com esse acordo com a União Europeia por causa do Mercosul, não é por causa do Brasil, é por causa do Mercosul; não é por causa do Brasil ou só da Argentina, é por causa do Mercosul. Acho que o Mercosul foi utilizado pelo Brasil, pela Argentina, pelo Uruguai e pelo Paraguai de maneira diferente, mas foi utilizado para a sua inserção externa, não só na área econômica e comercial, mas também na área política.

JF – ***Quais eventos levaram o Mercosul a se afastar de seus objetivos originais de uma liberalização comercial, mesmo que dirigida, e passasse a se orientar por um modelo de regionalismo com ênfase na cooperação política?***

RB – É o que eu falei. O descompasso, a questão dos interesses empresariais e, depois, no caso do Lula, no primeiro mandato, a questão ideológica, ao darem mais ênfase à parte social e política do que à parte econômico-comercial.

JF – ***Perfeito. Então, partindo para a próxima questão. Ela está segmentada em diferentes tópicos. Existem diferentes explicações na literatura acadêmica sobre os motivos da instabilidade do Mercosul pós-99 e a consequente reforma do bloco no governo Lula. Então, vou apresentar os motivos e gostaria que o senhor avaliasse se eles são boas explicações para essa crise do Mercosul no final dos anos 90 ou não. O primeiro seria a ausência de um tribunal arbitral e a existência de poucos mecanismos de coordenação ou cooperação setorial.***

RB – Isso foi importante porque nunca houve uma espécie de OMC [Organização Mundial do Comércio] dentro do Mercosul. Acho que, depois que foi criado esse tribunal, houve o julgamento de dois, três casos só, uma coisa muito pequena. E aí você não tinha como recorrer

de decisões unilaterais. Acho que foi um fator importante. Mas, por questões políticas, os países não aceitaram, porque eles seriam questionados por suas decisões. Então esvaziaram o tribunal.

JF – ***Quanto ao segundo argumento, já debatemos que foi sobre os abalos no processo de estabilização econômica do Brasil e da Argentina.***

RB – Sim, isso aí eu já respondi!

JF – ***Terceiro, a insuficiência do Mercosul enquanto estrutura harmonizadora das políticas econômicas nacionais, macroeconômicas e setoriais.***

RB – Isso aí foi uma decisão política também, porque os países não aceitaram dar à Secretaria do Mercosul um caráter supranacional, para não perderem a soberania. Não é como na União Europeia, que tem um órgão supranacional. No Mercosul, os países não quiseram. Então, a Secretaria teve momentos em que foi mais ativa ou menos ativa, mas ela não tinha poder para sugerir políticas, para implementar ações e tal. Então, a Secretaria do Mercosul sempre teve um papel muito reduzido, muito limitado; e isso também influiu no desenvolvimento do Mercosul.

JF – ***Dentro da coordenação de políticas macroeconômicas, poderia comentar um pouco sobre os Grupos de Trabalho, em específico o GT-14, que foi de assuntos macroeconômicos?***

RB – Olha, eu me lembro de que, no começo, o Malan participou, os ministros da área econômica participaram. Mas aí, aos poucos, ele foi sendo esvaziado também por essa razão, esse descompasso entre as medidas econômicas de um país em relação a outro. Então, esse Grupo 14 aí nunca teve muita influência, porque era mais uma discussão para ver como estava a evolução em um país e no outro, mas nunca foi um formulador de coordenação de política macroeconômica, por causa dessa questão interna econômica de cada país.

JF – ***Perfeito. Quarto, sobre o argumento de déficit democrático, o senhor acredita que tenha sido um aspecto na crise do Mercosul? É uma discussão que vem dos estudos sobre a União Europeia e na literatura de integração regional é transplantada também para explicar o Mercosul.***

RB – Teve um período lá no Paraguai. Não sei, não havia déficit democrático, você teve períodos de mais restrições. Eu acho que só teve isso no Paraguai, na Argentina e no Brasil você tinha políticas internas, mas as instituições estavam em vigor, as eleições e tudo; não houve déficit democrático, na minha visão ...

JF – ***Os autores que trazem esse argumento indicam a distância da burocracia e das decisões estatais da população em geral. Diplomatas tomando decisões, por exemplo, no âmbito da União Europeia, que não seriam referendadas diretamente pela população, enfim, seria nesse sentido.***

RB – Mas isso vale para tudo, não vale só para o Mercosul. Você vê aí o que está acontecendo: as decisões são tomadas sem nenhuma consulta. Depois da eleição, a parte que ganha implementa as coisas e tem muito pouco contato. Por isso que eu digo: quando nós estávamos lá na Fiesp, houve uma interação muito grande entre o Itamaraty e os empresários. Aqui no Brasil houve isso, um pouco mais, um pouco menos. E na Argentina, a União Industrial não tinha a força que a Fiesp tinha. Mas isso vale para o Mercosul e vale para qualquer política; essa interação entre a população e os formuladores é muito distante.

JF – ***O quinto ponto: as assimetrias estruturais. O senhor atribuiria isso como um dos fatores dessa crise do Mercosul, que fomentará, inclusive, a criação do FOCEM [Fundo para a Convergência Estrutural] posteriormente, enfim?***

RB – Pois é, isso aí está presente desde o início. Para o Paraguai e o Uruguai, eu acho que foi até uma iniciativa muito boa do FOCEM para ajudar esses países [menores], como existem na Europa; mas sempre foi uma limitação, porque o Paraguai e o Uruguai tinham uma política muito mais liberal do que o Brasil e a Argentina. Essa questão estrutural é importante, mas não impede; você vê na União Europeia, a Alemanha está do lado de Luxemburgo, entendeu? Então, a diferença dos PIBs não impede a União, mas ela teve uma influência no Mercosul. Como era um bloco menor do que a União Europeia, teve uma influência na formulação de políticas que atendiam mais às necessidades da Argentina e do Brasil do que do Paraguai e do Uruguai.

JF – ***Essas diferenças de tamanho das economias, como entre Alemanha e Luxemburgo, seria justamente o fator por trás das vantagens comparativas, que estimulam o comércio, certo?***

RB – Pois é, os países menores se beneficiaram, porque têm esse fundo lá. Portugal se beneficiou muito com as estradas e tal. A Espanha também se beneficiou. Eles se beneficiaram porque a diferença entre o PIB da Alemanha e da França, em relação aos países menores, era gigantesca. Mas aí houve uma decisão política; eles tinham saído de uma guerra, e o contexto era muito diferente.

JF – ***No momento que o senhor estava na coordenação nacional, quem era a contraparte da Argentina nas negociações em relação ao Mercosul?***

RB – Durante o meu período lá, na maior parte do tempo, a contraparte era o Felix Peña. Nos outros períodos, eu não sei te dizer. Ele era um economista que trabalhava no Ministério do Exterior [argentino] e era responsável, assim como eu no Brasil, pela coordenação nacional das negociações do Mercosul. E ele era muito bom, tivemos muitos entendimentos. Nós saímos com aquele Cronograma de Las Leñas, então tínhamos iniciativa. Esse cronograma foi ideia nossa, minha, que sugeri a criação; aí conversei com eles, eles toparam, e foi aprovado. Então, tínhamos um entendimento muito bom e avançamos bastante na nossa época. Havia também o problema do papel e vários problemas setoriais que resolvíamos diretamente, pelo entendimento entre nós.

JF – ***Poderia comentar também mais sobre o desenvolvimento do Cronograma de Las Leñas, suas implicações e, talvez, olhando agora em retrospecto, algo que faria de forma diferente?***

RB – Então, esse era um pensamento estratégico, que nem no Brasil nem na Argentina a gente tem um pensamento estratégico, né? No Mercosul, naquele momento, precisávamos ter um horizonte, uma previsibilidade das medidas e tal. Nós discutimos no Itamaraty, e eles aprovaram essa ideia de fazer um cronograma de avanços na abertura da economia, com os diferentes aspectos e com prazos e tudo. E foi muito bom, acho que foi até na Argentina que a gente aprovou Las Leñas. Nós levamos para lá e foi aprovado, mas esse era um pensamento estratégico que a gente tinha para dar um horizonte para os empresários. Mas depois isso acabou, logo depois mudou o governo aqui no Brasil, com o PT e tal, e isso foi deixado de lado.

JF – ***Perfeito. Teria considerações finais, elementos que gostaria de incluir em relação ao período de crise do Mercosul, no final dos anos 90?***

RB – Não, aí eu já não estava muito mais ligado, à frente disso. Nós fizemos alguns encontros aqui depois que eu voltei do exterior, em 2004, 2005, e eu continuei acompanhando. Têm vários livros meus aí sobre o Mercosul, os vinte anos, trinta anos, mas o que é importante, eu acho, é que, primeiro, no começo, houve a importância da imprensa na divulgação. Isso aí ninguém faz no Brasil; foi uma coisa que a gente fez lá no Itamaraty. E a Mariana Taquinar, que era da Gazeta Mercantil, está publicando um livro agora sobre as crônicas dela, vocês vão ver. Havia uma discussão sobre os temas do Mercosul, e isso foi muito importante; foi uma ligação direta do Itamaraty com a sociedade civil, com os empresários e tal. E, nesses quatro anos, a gente conseguiu levantar o Mercosul, e a principal influência foi da imprensa. Depois, agora, nesses últimos anos, houve uma influência ideológica do PT, transformando o Mercosul, esvaziando essa área comercial, e você teve essas crises todas que aconteceram recentemente, que transformaram essa união aduaneira numa união aduaneira imperfeita, com o apoio dos países. Então, houve o esvaziamento da ideia inicial do Mercosul por questões políticas de cada país.

JF – ***A própria inclusão da Venezuela foi parte desse esvaziamento?***

RB – Da Venezuela e da Bolívia, eu fui contra isso. Eu achava que já era difícil ter um consenso com quatro, imagine com seis, então seria impossível. Agora, a Venezuela está suspensa e a Bolívia tem um período de quatro anos para a transição. Então, eu acho que não interessa ao Brasil — falando especificamente do Brasil — incluir esses países, porque eles não vão cumprir as regras do Mercosul e vão dificultar o consenso que o Brasil consegue. Você sabe que, no Mercosul, a decisão não é tomada por voto, é tomada por consenso. Um país pode bloquear tudo, como aconteceu ao longo do tempo. O Paraguai, Uruguai, Argentina e o Brasil bloqueiam coisas; um só bloqueia. E, normalmente, às vezes havia uma coalizão contrária, eram três contra o Brasil, entendeu? Agora, quando entrarem a Venezuela e a Bolívia, serão cinco contra um. Eu acho que, do ponto de vista do Brasil, do interesse brasileiro, essa foi uma decisão equivocada, tomada por razões ideológicas e políticas pelo governo Lula.

JF – ***A União Europeia seria completamente impraticável se fosse necessário esperar consenso nas decisões com seus mais de 20 membros.***

RB – É, no Conselho, eles votam e ganha a maioria. Por isso, não interessa ao Brasil, pelas diferenças que a gente mencionou: populacional, empresarial e industrial. Quer dizer, os

interesses do Brasil são muito diferentes dos outros. Esse voto por consenso foi uma solução natural para a tomada de decisões. Agora, a Venezuela vai continuar suspensa enquanto tiver esse governo autoritário lá. E a Bolívia vai chegar no fim dos quatro anos, e vai se ver que ela não cumpre, não incorporou nada do Mercosul. Então, a minha expectativa é que, no futuro, o governo prorrogue esse prazo e ela não entre. Mas eu acho que, do ponto de vista do interesse brasileiro, foi um equívoco a entrada dos dois países.

JF – ***Mais uma vez, muito obrigado pela generosidade em conceder esta entrevista. Foram comentários muito pertinentes.***

RB – Obrigado, um abraço!

BARBOSA, Rubens Antônio de. [jun. 2024]. Entrevistador: José Paulo Silva Ferreira. Goiânia, 2024. 1 arquivo .mp3 (48 min.).